

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR SERVIÇOS CONTÍNUOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), na modalidade pós-paga, com fornecimento de chips (SIM cards ou eSIM), portabilidade numérica quando necessária e disponibilização de aparelhos celulares em regime de comodato, visando atender às necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Marechal Cândido Rondon/PR, conforme descrição, quantitativos e valores abaixo indicados:

| Item | Descrição   | Und.        | Quantidade | Valor Unitário Mensal | Valor Total Mensal | Valor total Anual |
|------|---|-------------|------------|-----------------------|--------------------|-------------------|
| 01   | Serviços continuados de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), na modalidade pós-paga, com fornecimento de linhas móveis, cartões SIM (chips), portabilidade numérica quando necessária, suporte técnico, gestão das linhas, roaming nacional sem cobrança adicional, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), aplicativos de mensagens ilimitados, planos com voz ilimitada | Unidade/mês | 75         | R\$ 192,60            | R\$ 14.445,00      | R\$ 173.340,00    |



|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  | <p>para qualquer operadora e pacote de dados móveis de, no mínimo, 15 GB por linha, com vedação de bloqueio após o consumo da franquia, admitida apenas a redução de velocidade.</p> <p>*Com aparelhos celulares do tipo smartphone em regime de comodato, que deverão atender as especificações mínimas constantes no Termo de Referência</p> |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|

- 1.2. Todos os custos relacionados ao fornecimento, transporte, entrega, ativação, manutenção, substituição e logística dos aparelhos e chips deverão estar incluídos no valor global contratado, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores adicionais não previstos contratualmente.
- 1.3. Os serviços objeto desta licitação são caracterizados como comuns, de natureza continuada, conforme a justificativa constante no subitem 7.1 do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

## Vigência do contrato

- 1.4. Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, será obrigatória a expedição de contrato para execução do objeto, sendo que o prazo de vigência será de até 60 (sessenta) meses, contado a partir da assinatura do contrato, admitida a prorrogação até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da mesma Lei de Licitações, por se tratar de serviço de natureza contínua e essencial ao desempenho das atividades da Autarquia.
  - 1.4.1. A eventual prorrogação até o limite de 120 meses fica condicionada à demonstração formal da vantajosidade, à manutenção das condições de mercado



e à inexistência de alternativa mais eficiente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. Os aparelhos celulares fornecidos em regime de comodato e deverão ser substituídos pela Contratada a cada 24 (vinte e quatro) meses, contados da entrega inicial ou da última substituição, por modelos novos, com especificações iguais ou superiores e compatíveis com as tecnologias vigentes à época.

1.5. O contrato indicará as demais regras aplicáveis à sua vigência.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação encontra-se descrita no capítulo 03 (Necessidade da Contratação) contido no ETP, anexo deste TR.

2.2. As disposições relacionadas ao Plano de Contratação Anual, às leis orçamentárias e outros instrumentos de planejamento, constam no Capítulo 04 (Referência a outros instrumentos de planejamento) do ETP.

2.3. Conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar, o mercado de telecomunicações apresenta soluções consolidadas baseadas na prestação de serviços de telefonia móvel na modalidade pós-paga, contemplando serviços de voz, dados móveis, mensagens e ferramentas de gestão corporativa das linhas, associados ao fornecimento de aparelhos celulares em regime de comodato.

2.4. A adoção dessa solução integrada apresenta melhor relação custo-benefício para a Administração, uma vez que elimina a necessidade de aquisição direta de equipamentos, reduz custos com manutenção e reposição, assegura padronização tecnológica e mitiga riscos relacionados à obsolescência dos dispositivos.

2.5. Adicionalmente, a modelagem contratual adotada assegura que todos os custos necessários à execução do objeto estejam contemplados no valor contratado, vedando-se a cobrança de valores adicionais não previstos, o que contribui para maior controle financeiro e segurança na execução contratual.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo consta no Capítulo 07 do ETP.

3.2. A solução consiste na contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para a prestação contínua de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), na modalidade pós-paga, com fornecimento de linhas móveis, cartões SIM ou eSIM e aparelhos celulares do tipo smartphone em regime de comodato, contemplando suporte técnico, gestão das linhas e substituição periódica dos equipamentos, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

3.3. A solução deverá garantir comunicação móvel eficiente, estável e segura entre os setores administrativos e operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Marechal Cândido Rondon/PR, abrangendo áreas urbanas e rurais do Município, possibilitando a execução das atividades institucionais e o adequado atendimento à população usuária dos serviços públicos prestados pela Autarquia.

3.4. A contratação será realizada de forma integrada, contemplando a prestação dos serviços de voz e dados, o fornecimento e gestão das linhas móveis, bem como a



disponibilização de aparelhos em comodato, assegurando padronização tecnológica, otimização da gestão contratual e maior eficiência administrativa.

## Implantação

- 3.5. A implantação da solução compreenderá o fornecimento, habilitação e ativação das linhas móveis, com portabilidade numérica das linhas atualmente utilizadas, quando aplicável, bem como a disponibilização dos aparelhos celulares em regime de comodato, devidamente configurados e aptos ao uso institucional.
- 3.6. Compete à Contratada realizar a entrega dos equipamentos, a habilitação dos serviços de voz e dados, a disponibilização de plataforma de gestão das linhas e a prestação de suporte técnico inicial, garantindo a entrada em operação dos serviços sem prejuízo à continuidade das atividades da Contratante.
- 3.7. A ativação das linhas telefônicas e dos serviços de dados deverá ocorrer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Contratante.

## Operação

- 3.8. Durante a execução contratual, a Contratada deverá assegurar o funcionamento contínuo e ininterrupto dos serviços de telefonia móvel, contemplando comunicação de voz, transmissão de dados móveis e envio de mensagens, com cobertura compatível com as necessidades operacionais do SAAE.
- 3.9. Os serviços deverão ser prestados com disponibilidade mínima não inferior aos padrões mínimos estabelecidos pela ANATEL.
- 3.10. A solução deverá permitir o gerenciamento das linhas móveis por meio de ferramenta eletrônica disponibilizada pela Contratada, possibilitando, no mínimo: controle de consumo, inclusão e exclusão de linhas e equipamentos, bloqueio e desbloqueio de serviços, atendimento de solicitações administrativas e operacionais e emissão de faturas detalhadas para fins de conferência e auditoria.
- 3.11. É vedado o bloqueio dos serviços após o consumo da franquia de dados, sendo admitida exclusivamente a redução de velocidade, a qual deverá permitir, no mínimo, o envio e recebimento de mensagens de texto por aplicativos.
- 3.12. Na hipótese de interrupção total dos serviços, o restabelecimento deverá ocorrer no no menor prazo possível, preferencialmente em até 5 horas.

## Manutenção e atualização tecnológica

- 3.13. A Contratada será responsável pela manutenção integral dos serviços e dos equipamentos fornecidos, incluindo suporte técnico especializado, substituição de aparelhos defeituosos, danificados ou obsoletos, bem como atualização tecnológica dos dispositivos.
- 3.14. Em caso de fornecimento de aparelhos defeituosos, estes deverão ser substituídos no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação formal pela Contratante.
- 3.15. Os aparelhos celulares fornecidos em regime de comodato deverão ser substituídos a cada 24 (vinte e quatro) meses, por modelos novos, com especificações iguais ou



superiores, compatíveis com as tecnologias vigentes à época, sendo vedado o fornecimento de equipamentos obsoletos ou descontinuados.

## Encerramento contratual

- 3.16. Ao término da vigência contratual, a Contratada deverá assegurar a continuidade dos serviços até a efetiva transição para eventual nova contratação, incluindo a manutenção da portabilidade dos números telefônicos, quando solicitada pela Contratante.
- 3.17. Os aparelhos celulares fornecidos em regime de comodato deverão ser devolvidos à Contratada, observadas as condições estabelecidas no contrato, ressalvado o desgaste decorrente do uso regular.

## Destinação ambiental

- 3.18. Compete à Contratada promover a destinação ambientalmente adequada dos equipamentos, baterias e demais componentes substituídos ou inservíveis, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, o Decreto nº 10.936/2022 e demais normas ambientais aplicáveis, incluindo a adoção de logística reversa.

## Resultados esperados

- 3.19. Com a contratação, espera-se garantir a continuidade do serviço público, aprimorar a comunicação institucional, ampliar a eficiência operacional das equipes administrativas e de campo, assegurar maior controle e gestão das linhas móveis, mitigar riscos de falhas operacionais e garantir previsibilidade orçamentária, promovendo a adequada aplicação dos recursos públicos, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

## 4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

### Requisitos técnicos e de cobertura

- 4.1. Os requisitos técnicos e de cobertura são:
  - I. Planos corporativos com pacote ilimitado de voz para chamadas locais e de longa distância nacional, para qualquer operadora;
  - II. Tecnologia mínima 4G, com compatibilidade com 5G conforme disponibilidade na área de cobertura;
  - III. Pacote de dados móveis com franquia mínima de 15 GB por linha;
  - IV. Vedação de bloqueio do serviço, bem como a cobrança de tráfego de dados excedentes após o consumo da franquia de dados, admitida exclusivamente a redução de velocidade, a qual deverá permitir, no mínimo, o envio e recebimento de mensagens por aplicativos;
  - V. A limitação de velocidade não poderá inviabilizar o uso de aplicativos de comunicação institucional, inclusive WhatsApp;
  - VI. O roaming nacional deverá estar incluído sem custo adicional;



- VII. Disponibilidade mínima não inferior aos padrões mínimos estabelecidos pela ANATEL;
- VIII. Cobertura mínima estimada de 80% da área urbana da sede do Município, observados os parâmetros regulatórios da ANATEL, não implicando garantia de sinal em pontos específicos ou ambientes internos, conforme disposto no subitem 10.4 do ETP;
- IX. Prestação de serviço em roaming nacional sem cobrança adicional;
- X. Habilitação das linhas com código de área DDD 45.

## Requisitos operacionais

- 4.2. Os requisitos operacionais são:
- I. Execução dos serviços na modalidade pós-paga;
  - II. Fornecimento de chips (SIM cards) ou eSIM ativados e configurados;
  - III. Ativação das linhas telefônicas e da internet móvel em até 5 (cinco) dias úteis após solicitação formal da Contratante;
  - IV. Suporte técnico especializado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
  - V. Disponibilização de plataforma eletrônica, portal online ou solução equivalente para gestão das linhas contratadas, permitindo o acompanhamento de informações, abertura de solicitações, consulta de consumo, gerenciamento de serviços e demais funcionalidades relacionadas à execução contratual.
  - VI. Possibilidade de inclusão e exclusão de linhas e serviços, conforme necessidade da Contratante;
  - VII. Portabilidade numérica sem custos;
  - VIII. Restabelecimento do serviço no menor prazo possível, preferencialmente em até 5 horas, em caso de interrupção total;
  - IX. Substituição de aparelhos defeituosos em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação;
  - X. Em caso de defeito de Cartão SIM, outro habilitado para o mesmo número deverá ser fornecido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação, sem ônus adicional à Contratante.
  - XI. Disponibilização de faturamento mensal e/ou relatórios de consumo das linhas contratadas, contendo informações suficientes para acompanhamento, conferência e fiscalização dos serviços prestados, admitindo-se:
    - Faturamento mensal detalhado por linha; ou
    - Relatórios descritivos de utilização, consumo e cobranças, disponibilizados por meio eletrônico, plataforma de gestão ou mediante solicitação da Contratante.
      - a) As informações disponibilizadas deverão permitir a identificação individualizada das linhas, dos serviços utilizados e dos respectivos valores cobrados.
      - b) Quando solicitado pela Contratante, os relatórios complementares deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
  - XII. Comunicação prévia de interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis;
  - XIII. Comunicação formal de falhas ou anormalidades relevantes na execução dos serviços.





## Requisitos de equipamentos

- 4.3. Os requisitos de equipamentos são:
- I. Fornecimento de aparelhos celulares novos, em regime de comodato;
  - II. Equipamentos com especificações técnicas compatíveis com uso corporativo, devendo possuir, no **mínimo**:
    - a) Sistema operacional atualizado, com suporte vigente pelo fabricante, compatível com as tecnologias disponíveis à época do fornecimento ou da substituição dos aparelhos;
    - b) Equipamento do tipo smartphone, com tecnologia atual de mercado, vedado o fornecimento de modelos obsoletos, descontinuados ou fora de linha de fabricação;
    - c) Pertencer a linhas comerciais atuais do fabricante, vedado o fornecimento de modelos de entrada ou linha básica;
    - d) Memória RAM mínima de 8 GB;
    - e) Armazenamento interno mínimo de 256 GB;
    - f) Conectividade com redes móveis 4G, com compatibilidade com 5G, conforme disponibilidade da rede, além de conectividade Wi-Fi, Bluetooth e GPS;
    - g) Capacidade de processamento compatível com uso corporativo, com desempenho adequado para execução simultânea de aplicativos institucionais;
    - h) Tela com resolução mínima Full HD ou superior;
    - i) Câmera frontal com resolução mínima de 13 Mpx e câmera traseira com resolução mínima de 50 Mpx;
    - j) Bateria com autonomia compatível com uso contínuo durante a jornada de trabalho, de no mínimo 5000 mAh;
    - k) Possibilidade de utilização de dois chips (Dual SIM), físico ou eletrônico (eSIM), conforme tecnologia disponível;
    - l) Possibilidade de compartilhamento de internet (hotspot);
    - m) Recursos de segurança, como bloqueio por senha, biometria ou reconhecimento facial;
    - n) Compatibilidade com aplicativos institucionais utilizados pela Contratante;
    - o) Acompanhado dos acessórios originais do fabricante, incluindo carregador e cabo de conexão;
    - p) A garantia dos aparelhos deverá ser mantida durante a execução da contratação;
    - q) O equipamento ofertado deverá possuir certificação/homologação vigente junto à Anatel, comprovada por meio de código de homologação válido, conforme regulamentação aplicável.
    - r) Modelos de referência: Galaxy A17 5G, Motorola Moto G56 5G, Redmi Note 14 Pro 5G
  - III. As especificações mínimas dos aparelhos decorrem da necessidade de execução simultânea de aplicativos institucionais, comunicação em campo e armazenamento de dados operacionais, conforme descrito no ETP (subitem 10.3.1), admitindo-se equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam aos requisitos de desempenho.



- IV. Os modelos equivalentes foram considerados exclusivamente para fins de referência de mercado e formação de preços, conforme justificativas constantes no ETP (subitem 10.3.1, alínea “a”), sem caráter vinculativo ou restritivo à competitividade.
  - V. Os aparelhos fornecidos deverão ser compatíveis com as tecnologias vigentes à época do fornecimento ou da substituição, devendo a Contratada assegurar a atualização tecnológica dos dispositivos ao longo da execução contratual.
  - VI. A cada 24 (vinte e quatro) meses, contados da entrega inicial ou da última substituição, a Contratada deverá substituir os aparelhos por modelos novos, previamente aprovados pela Autarquia, com especificações técnicas iguais ou superiores, compatíveis com as tecnologias mais atuais disponíveis no mercado à época da substituição.
  - VII. Na hipótese de descontinuidade do modelo anteriormente fornecido, a substituição deverá ocorrer por modelo equivalente ou superior, vedado o fornecimento de equipamentos obsoletos, fora de linha ou sem suporte do fabricante.
  - VIII. Os aparelhos a serem fornecidos deverão ser novos, desbloqueados, de primeiro uso, não se admitindo peças já usadas, reparadas e/ou reconcondicionadas em fábrica.
- 4.4. Fornecimento de cartões SIM compatíveis com os aparelhos disponibilizados, sem custos para a Autarquia, atendendo, no mínimo:
- I. Os chips fornecidos devem estar habilitados a partir da localidade DDD 45;
  - II. Em caso de defeito de Cartão SIM, outro habilitado para o mesmo número deverá ser fornecido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação, sem ônus adicional à Contratante.
- 4.5. O conjunto de aparelhos e seus acessórios deverão ser novos em suas embalagens originais disponibilizados pelo fabricante, cedidos em regime de comodato, com selo de homologação da ANATEL e ficarão em poder da Autarquia durante a sua utilização para atender quaisquer necessidades previstas nesta Contratação.

## Requisitos de segurança e gestão

- 4.6. Os requisitos de segurança e gestão são:
- I. Garantia da integridade, continuidade, confidencialidade e segurança das comunicações;
  - II. Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
  - III. Compatibilidade com as soluções corporativas de segurança;
  - IV. Disponibilização de portal web de gestão, com acesso mediante login individualizado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;
  - V. Responsabilidade da Contratada pela integridade e segurança das informações trafegadas e armazenadas;
  - VI. Vedação de cobrança de quaisquer valores adicionais não previstos contratualmente, incluindo serviços suplementares, roaming ou encargos administrativos.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Regras de benefício para MPE's





- 5.1. A aplicação das regras do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 não se mostra vantajosa, tendo em vista a natureza do objeto e as características do mercado fornecedor, composto predominantemente por operadoras de grande porte, devidamente autorizadas pela ANATEL, não sendo identificada, no levantamento de mercado, a participação relevante de microempresas ou empresas de pequeno porte aptas a atender integralmente o objeto.
- 5.2. Dessa forma, a adoção de tratamento diferenciado poderia comprometer a competitividade e a viabilidade da contratação, não atendendo ao interesse público

## Sustentabilidade

- 5.3. A Contratada deverá:
  - I. Observar critérios e práticas de sustentabilidade, nos termos da legislação vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), com o Decreto nº 10.936/202 e demais normas ambientais aplicáveis, visando à minimização de impactos ambientais decorrentes da execução do objeto
  - II. Implementar sistema de logística reversa dos equipamentos fornecidos em comodato, incluindo o recolhimento, transporte, reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada de aparelhos, baterias, carregadores e acessórios ao término de sua vida útil ou da vigência contratual, com emissão de certificados de destinação final por empresa licenciada;
  - III. Fornecer equipamentos que atendam a critérios de eficiência energética, durabilidade e redução do consumo de recursos naturais, sempre que possível, observadas as práticas de mercado;
  - IV. Adotar soluções tecnológicas que reduzam a geração de resíduos, como a priorização de faturamento eletrônico, relatórios digitais e comunicação por meios eletrônicos;
  - V. Incentivar o uso racional dos recursos disponibilizados, evitando desperdícios e promovendo a utilização consciente dos serviços e equipamentos;
  - VI. Atender às normas ambientais aplicáveis à sua atividade, inclusive quanto ao descarte de componentes eletrônicos e ao cumprimento de obrigações legais junto aos órgãos ambientais competentes.

## Indicação de marca/modelo

- 5.4. Vedada, salvo hipóteses legalmente justificadas.

## Vedação de contratação de marca/modelo

- 5.5. Não será admitida indicação restritiva de marca ou modelo, devendo ser assegurada a ampla competitividade.

## Exigência de amostra/exame de conformidade/prova de conceito

- 5.6. Não se aplica.



## Exigência de carta de solidariedade

5.7. Não se aplica.

## Inversão de fases do processo

5.8. Não será necessária a inversão das fases do processo.

## Participação de cooperativas de trabalho

5.9. Não se aplica.

## Instalação de ponto de atendimento local

5.10. Não se aplica.

## Obrigações do Contratante

- 5.11. Além das obrigações gerais, regularmente exigidas em todas as licitações, a Contratante deverá:
- I. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato, seus anexos e a legislação aplicável;
  - II. Adotar as providências administrativas de sua responsabilidade, necessárias à adequada execução do objeto, bem como prestar as informações e esclarecimentos pertinentes quando solicitados;
  - III. Fornecer à Contratada, de forma tempestiva, todas as informações necessárias à execução dos serviços, especialmente aquelas relacionadas à habilitação de linhas e portabilidade numérica;
  - IV. Designar formalmente gestor e fiscais do contrato, podendo ser designados fiscais administrativos, técnicos ou setoriais, conforme a complexidade do objeto, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e registrar a execução contratual, apontando eventuais falhas e encaminhando-as à autoridade competente;
  - V. Atestar a execução dos serviços, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, como condição para o pagamento;
  - VI. Notificar formalmente o Contratado acerca de vícios, defeitos, falhas ou irregularidades verificadas na execução do contrato, fixando prazo para correção, substituição ou reparo, às expensas da Contratada, quando cabível;
  - VII. Efetuar o pagamento ao Contratado na forma, prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência, descontados os valores decorrentes de glosas, medições, penalidades ou demais ajustes previstos contratualmente;
  - VIII. Gerenciar internamente a distribuição e utilização das linhas e equipamentos, mantendo controle atualizado dos usuários e dos ativos vinculados ao contrato;
  - IX. Aplicar as sanções administrativas previstas em lei e no contrato, bem como adotar as medidas necessárias à apuração de responsabilidade, inclusive com instauração de processo administrativo, quando houver descumprimento contratual;



- X. Analisar e decidir, de forma motivada, sobre solicitações, reclamações ou requerimentos apresentados pelo Contratado relacionados à execução contratual, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa;
- XI. Manifestar-se, de forma expressa e fundamentada, sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo Contratado, observados os prazos legais;
- XII. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos praticados pelo Contratado, seus empregados, prepostos ou subordinados, no âmbito da execução contratual.
- XIII. Comunicar formalmente à Contratada, com a maior brevidade possível, ocorrências de perda, furto ou extravio de aparelhos ou chips, para fins de bloqueio e adoção de providências cabíveis.

## Obrigações do Contratado

- 5.12. Além das obrigações gerais, regularmente exigidas em todas as licitações, a Contratada deverá:
  - I. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no contrato, em seus anexos e na legislação aplicável, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
  - II. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar, quando exigível, licenças, autorizações e registros necessários ao regular exercício da atividade, especialmente aqueles expedidos por órgãos reguladores e fiscalizadores;
  - III. Indicar e manter preposto formalmente aceito pela Contratante, com poderes para representá-la na execução do contrato, responder pelas obrigações assumidas e adotar providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo sua indicação ser recusada de forma motivada;
  - IV. Atender prontamente às determinações do gestor e dos fiscais do contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos solicitados, adotando as providências corretivas indicadas, nos prazos estabelecidos;
  - V. Executar os serviços em conformidade com este Termo de Referência, a proposta apresentada e as normas da ANATEL, utilizando recursos técnicos, operacionais e humanos adequados, sendo vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo se expressamente autorizada;
  - VI. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos, falhas ou incorreções decorrentes da execução dos serviços ou dos materiais fornecidos, promovendo, às suas expensas, a correção, substituição ou reparo no prazo fixado pela fiscalização;
  - VII. Implementar sistema de logística reversa, responsabilizando-se pelo recolhimento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de equipamentos, componentes e materiais inservíveis, com emissão de certificados de destinação final por empresa licenciada, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
  - VIII. Garantir a prestação contínua e ininterrupta dos serviços de telefonia móvel, adotando todas as medidas necessárias para manutenção da qualidade e disponibilidade da rede;



- IX. Comunicar formalmente ao gestor ou fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, irregularidade, falha relevante ou interrupção que possa comprometer a execução dos serviços;
- X. Adotar medidas corretivas sempre que identificadas falhas de cobertura ou desempenho, apresentando justificativas e soluções no prazo estabelecido pela fiscalização;
- XI. Assegurar que os serviços efetivamente contratados estejam contemplados no valor mensal pactuado, sendo vedada a cobrança por serviços não solicitados ou não autorizados pela Contratante, especialmente aqueles relativos a serviços suplementares, conteúdos adicionais ou funcionalidades não previstas contratualmente, ressalvadas hipóteses previamente autorizadas pela Administração e compatíveis com as condições do contrato;
- XII. Realizar a portabilidade numérica das linhas indicadas pela Contratante, sem custos adicionais e sem interrupção relevante dos serviços;
- XIII. Responsabilizar-se pela substituição dos aparelhos fornecidos com defeito, mau funcionamento ou desgaste natural, dentro dos prazos estabelecidos;
- XIV. Manter central de atendimento técnico e operacional disponível, apta a registrar e solucionar demandas relacionadas ao objeto;
- XV. Guardar sigilo sobre informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual, observando as normas de segurança da informação e a legislação de proteção de dados pessoais (LGPD);
- XVI. Não veicular publicidade ou divulgar informações relacionadas ao objeto do contrato sem prévia e expressa autorização da Contratante;
- XVII. Arcar com os ônus decorrentes de eventual erro no dimensionamento da proposta apresentada, inclusive quanto aos custos necessários à adequada execução do objeto, salvo nas hipóteses legais de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- XVIII. Responsabilizar-se pela logística reversa e destinação ambientalmente adequada dos equipamentos e acessórios ao final da vigência contratual, conforme legislação aplicável.



## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ROTINA DE EXECUÇÃO)

### Condições de execução do objeto

- 6.1. A execução do objeto seguirá as seguintes regras:
  - 6.1.1. Implantação integral dos serviços contratados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de compra, com prazo total de execução contratual de 60 (sessenta) meses, sendo:
    - a) Entrega dos aparelhos celulares e acessórios, em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de compra;
    - b) Ativação das linhas telefônicas e serviços de dados móveis, inclusive nos casos de portabilidade numérica, em até 05 (cinco) dias úteis após solicitação formal da Contratante;
    - c) Disponibilização de suporte técnico inicial aos usuários, quando necessário, concomitantemente à entrega dos equipamentos e ativação dos serviços.

- 6.1.2. A execução do objeto deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na proposta apresentada pela Contratada.
- 6.1.3. Os prazos estabelecidos poderão ser antecipados pela Contratada, desde que haja a concordância da Contratante.
- 6.1.4. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, ininterrupta e adequada, garantindo níveis mínimos de qualidade, desempenho e disponibilidade, conforme requisitos técnicos estabelecidos.
- 6.1.5. A Contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo infraestrutura, equipamentos, sistemas e suporte técnico, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores adicionais não previstos contratualmente.
- 6.1.6. O descumprimento injustificado dos prazos de implantação poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

## Local e horário da prestação dos serviços

- 6.2. Os serviços serão prestados no(s) local(ais) e horário(s) abaixo indicado(s):
  - 6.2.1. Os serviços serão prestados no âmbito do Município de Marechal Cândido Rondon/PR, abrangendo áreas urbanas e rurais, conforme a necessidade operacional da Contratante.
  - 6.2.2. A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive em finais de semana e feriados.

## Materiais a serem disponibilizados

- 6.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidade a seguir estabelecidas, promovendo a substituição sempre que necessário:
  - I. Linhas móveis devidamente habilitadas;
  - II. Chips (SIM cards) ou eSIMs ativados e configurados;
  - III. Aparelhos celulares novos, em regime de comodato, com seus acessórios originais de fábrica (como carregador e cabo);
  - IV. Equipamentos substitutos, quando necessário;
  - V. Plataforma de gestão das linhas móveis.

## Outras informações relevantes

- 6.4. A Contratada deverá garantir:
  - I. Disponibilidade dos serviços não inferior aos padrões mínimos estabelecidos pela ANATEL;
  - II. Restabelecimento do serviço no menor prazo possível, preferencialmente em até 5 horas, em caso de interrupção total;
  - III. Substituição de aparelhos defeituosos em até 48 (quarenta e oito) horas;



- IV. Ativação das linhas em até 5 (cinco) dias úteis após o aceite dos aparelhos;
- V. Fornecimento de chip substituto em até 2 (dois) dias úteis, quando necessário.
- 6.4.1. A Contratada deverá manter canal de atendimento ativo para suporte técnico e administrativo, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

## **Especificação da garantia do serviço – art. 40, 1º, inciso III da Lei 14.133/2021**

- 6.5. A Contratada deverá garantir a adequada prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, assegurando o atendimento aos níveis mínimos de qualidade, disponibilidade e desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.
- 6.5.1. Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia do fabricante, cabendo à Contratada a responsabilidade pela substituição, reparo ou correção de falhas, sem ônus adicional para a Contratante.
- 6.5.2. O não atendimento aos níveis de serviço poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, conforme previsto no instrumento contratual.

## **Subcontratação**

- 6.6. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo em hipóteses excepcionais devidamente justificadas e previamente autorizadas pela Contratante, desde que não haja prejuízo à execução dos serviços.

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 6.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:
  - 6.7.1. Ao término da vigência contratual, a Contratada deverá assegurar a continuidade dos serviços até a completa transição para eventual nova contratação, evitando qualquer interrupção na prestação dos serviços.
  - 6.7.2. Deverá ser garantida a portabilidade dos números telefônicos, quando solicitada pela Contratante.
  - 6.7.3. A Contratada deverá prestar todas as informações necessárias à transição, incluindo dados técnicos e operacionais das linhas e serviços.
  - 6.7.4. Os aparelhos fornecidos em regime de comodato deverão ser devolvidos à Contratada, observadas as condições estabelecidas no contrato.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).





- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de ulteriores meios idôneos de comunicação, inclusive mensagem eletrônica.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## Preposto

- 7.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## Fiscalização

- 7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor e pelo fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput da Lei 14.133/2021, promovendo-se a designação de fiscais técnico, administrativo e setoriais (ou de execução) conforme a complexidade do objeto.
- 7.9. Ficam designados:
  - 7.9.1. Como gestor de contrato a servidora Scheila Andrea Grehs, ocupante do cargo de Telefonista; e como suplente a servidora Raquel Patricia Chiarani, ocupante do cargo de Agente Administrativo;
  - 7.9.2. Como fiscal administrativo a servidora Edineia Hack Santin, ocupante do cargo de Agente Administrativo; e como suplente a servidora Monica Carolina Sustakowski, ocupante do cargo de Agente Administrativo;
  - 7.9.3. Como fiscal técnico o servidor Gilson Scherer, ocupante do cargo de Analista de Informática; e como suplente o servidor Elisezar Roberto Schulz, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

## Fiscalização Técnica

- 7.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for



necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme art. 117, § 1.º da Lei 14.133/2021, e arts. 22 e ss. do Dec. Mun. 77/2023.

- 7.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## Fiscalização Administrativa

- 7.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, em conformidade com as disposições do art. 25 e ss. do Dec. Mun. 77/2023.
- 7.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

## Gestor do Contrato

- 7.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 77/2023, arts. 13 e ss.).
- 7.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações



assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 7.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A avaliação da execução do objeto será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que estabelece critérios objetivos de aferição da qualidade e do desempenho dos serviços prestados.
- 8.2. O IMR tem por finalidade mensurar o nível de conformidade da execução contratual, possibilitando a aplicação de ajustes proporcionais no pagamento devido, não se confundindo com sanções administrativas.
- 8.3. Os critérios, prazos e parâmetros definidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) integram este Termo de Referência para todos os fins, inclusive para aferição do desempenho da Contratada.
- 8.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, caso constatado que a Contratada:
  - 8.4.1. Não produziu os resultados acordados;
  - 8.4.2. Deixou de executar, ou executou com qualidade inferior à mínima exigida;
  - 8.4.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
  - 8.4.4. Deixou de cumprir prazos contratuais, inclusive os de implantação, ativação, substituição ou suporte;
  - 8.4.5. Realizou cobrança indevida ou em desacordo com o plano contratado.
- 8.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
  - 8.5.1. Durante a execução do objeto, o gestor do contrato deverá monitorar continuamente o nível de qualidade dos serviços, intervindo sempre que necessário para exigir da Contratada a correção das faltas, falhas ou irregularidades constatadas.
  - 8.5.2. O gestor do contrato apresentará ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, quando for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços.



- 8.5.3. As comunicações entre Contratante e a Contratada ocorrerão por intermédio do preposto indicado pela empresa, que deverá disponibilizar e-mail e telefone para recebimento de notificações, requisições/ordens de serviços e demais comunicações.
- 8.5.4. Compete ao preposto verificar periodicamente a caixa de entrada do endereço eletrônico informado.
- 8.5.5. O telefone indicado deverá permanecer disponível durante todo o horário comercial, a fim de que as requisições de serviços sejam atendidas dentro do prazo indicado neste Termo de Referência. Deve ser disponibilizado, ainda, canal de contato para situações emergenciais fora do horário de expediente.
- 8.5.6. Todas as comunicações da Contratada deverão ser dirigidas ao gestor do contrato.
- 8.5.7. A avaliação dos serviços executados será realizada com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- Resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos e qualidade, devendo a Contratada apresentar relatório detalhado dos serviços prestados, juntamente com a relação dos materiais empregados;
  - Conformidade dos materiais fornecidos, mediante apresentação de documento contendo a relação detalhada dos itens disponibilizados em comodato (quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, modelo, forma de uso, data de fabricação, número de identificação, entre outros);
  - Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
  - Cumprimento das demais obrigações contratuais;
  - Todas as ocorrências serão registradas pelo gestor/fiscal do contrato, e notificadas à Contratada, conforme a tabela abaixo:

| OCORRÊNCIAS   | PONTUAÇÃO          |
|---|--------------------|
| Atraso na implantação total dos serviços.   | 2,0 por dia        |
| Atraso na entrega de aparelhos  | 1,0 por dia        |
| Atraso na ativação de linhas (prazo de até 5 dias úteis)  | 1,0 por dia        |
| Interrupção total dos serviços de recebimento e/ou realização de chamadas por mais de 05 (cinco) horas.   | 5,0 por ocorrência |
| Não comunicação das interrupções programadas dos serviços no prazo mínimo de 03 (três) dias de antecedência.                                      | 2,0 por ocorrência |
| Deixar de entregar relatório ou documento indicado neste Termo de Referência necessário para a fiscalização/verificação do cumprimento do objeto. | 2,0 por ocorrência |
| Recusar-se a corrigir serviço inadequado/incompleto/mal executado quando determinado pela fiscalização.   | 3,0 por ocorrência |
| Não atendimento de chamado de suporte técnico.  | 3,0 por ocorrência |
| Deixar de prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.   | 3,0 por ocorrência |
| Cobranças indevida ou fora do plano contratado  | 5,0 por ocorrência |
| Não substituição periódica de aparelhos (a cada 2 anos)   | 5,0 por ocorrência |



| PONTUAÇÃO ACUMULADA | PERCENTUAL DE DESCONTO DECORRENTE DO IMR  |
|---------------------|---|
| Até 1 ponto         | Pagamento do valor correspondente a 99% do valor total do serviço devido para o período (mês) |
| De 2 a 3 pontos     | Pagamento do valor correspondente a 97% do valor total do serviço devido para o período (mês) |
| De 4 a 6 pontos     | Pagamento do valor correspondente a 95% do valor total do serviço devido para o período (mês) |
| De 7 a 9 pontos     | Pagamento do valor correspondente a 90% do valor total do serviço devido para o período (mês) |
| Acima de 10 pontos  | Pagamento do valor correspondente a 85% do valor total do serviço devido para o período (mês) |

- VI. Os prazos de implantação previstos no ETP integram as obrigações contratuais, sendo seu descumprimento considerado atraso na execução para fins de aplicação do IMR;
- VII. Para fins de aplicação do IMR, as ocorrências deverão ser objetivamente verificáveis, devidamente registradas e vinculadas a evidências, vedada a aplicação de critérios subjetivos ou genéricos.
- VIII. A apuração das ocorrências dependerá de verificação pelo gestor/fiscal do contrato ou de comunicação formal pelo servidor que a tiver verificado, podendo a comunicação ser feita por correspondência eletrônica;
- IX. Em caso de reincidência na mesma conduta, a pontuação será aplicada em dobro, limitado ao percentual máximo de desconto previsto no IMR para o período;
- X. A aplicação do IMR não impede que sejam aplicadas penalidades, na forma prevista neste Termo de Referência.

- 8.5.8. Os descontos decorrentes da medição de resultados serão aplicados cumulativamente em caso de múltiplas infrações.
- 8.5.9. A medição será formalmente comunicada pelo gestor à Contratada, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para contestação, mediante apresentação de justificativas acompanhadas de provas.
- 8.5.10. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação de serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Contratante desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo de caso fortuito ou de força maior).
- 8.5.11. Caso não seja aceita a justificativa, o gestor do contrato confirmará a medição e poderá ainda solicitar encaminhamento para instauração de processo administrativo para aplicação de penalidades, conforme previsto neste TR.
- 8.5.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize sua própria avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 8.5.13. A Contratada deverá apresentar a fatura (nota fiscal) referente ao período de medição com o valor ajustado pela aplicação do IMR. Caso a fatura apresentada





não esteja ajustada ao valor apurado pelo IMR, esta será devolvida para os ajustes, sendo efetuado o pagamento somente após as correções e regular tramitação dos novos documentos.

- 8.5.14. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 8.5.15. Os descontos decorrentes do IMR possuem natureza de ajuste de remuneração por desempenho, não se confundindo com sanções administrativas, que deverão ser aplicadas mediante regular processo administrativo.
- 8.5.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, podem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 8.5.17. Sem prejuízo da aplicação dos percentuais do IMR, a Administração poderá glosar integralmente serviços não prestados ou manifestamente inadequados.
- 8.5.18. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021.
- 8.5.19. Independentemente dos descontos de produtividade mencionados, os descumprimentos contratuais ensejarão a aplicação das penalidades previstas neste TR/edital/contrato e/ou rescisão unilateral do contrato.
- 8.5.20. A fiscalização de que trata este capítulo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## Recebimento e aceitação do objeto

### 8.6. Recebimento provisório

- 8.6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e art. 23, 25, inc. VI e 29 do Dec. Mun. 77/2021).
- 8.6.2. O prazo da disposição acima será contado ao final de cada período mensal de execução do serviço, com a comprovação da prestação da parcela correspondente ao referido período.
- 8.6.3. Os aparelhos celulares e os chips (SIM cards) ou eSIMs serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.





- 8.6.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 23 do Dec. Mun. 77/2023).
- 8.6.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (art. 25, inciso VI do Dec. Mun. 77/2021).
- 8.6.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de medição, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.6.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.6.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021).
- 8.6.9. Os serviços e bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e no contrato, devendo ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.6.10. Nos casos em que for identificado cobranças indevidas na fatura, estas somente poderão ser devidamente quitadas quando os trâmites de contestação forem devidamente tratados pela operadora, devendo não acarretar ônus e/ou suspensão dos serviços.
- 8.6.11. A contratante deverá analisar os relatórios e toda a documentação apresentada pela fiscalização. Caso sejam identificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, deverá indicar as cláusulas contratuais pertinentes e solicitar à contratada, por escrito, as respectivas correções.

## 8.7. Recebimento definitivo

- 8.7.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução



contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme arts. 13, § 1.º, inciso VI e 307, § 2.º do Dec. Mun. 77/2023 c/c art. 174, § 3.º inciso III da Lei 14.133/2021.

- II. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
  - III. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - IV. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - V. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.7.2. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à entrega e execução do objeto, determinando as medidas necessárias para a regularização de faltas ou defeitos observados.
- 8.7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7.4. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 8.8. Envio das faturas

- 8.8.1. Após o fechamento do ciclo de faturamento, as faturas deverão ser disponibilizadas, preferencialmente por meio digital, no formato \*.PDF, sendo possível eventuais solicitações para envio no impresso para o endereço da Contratante.
- 8.8.2. Quando incorrer em faturamento de forma indevida por parte da Contratada, essa terá o prazo máximo de até 15 (quinze) dias, e quando o processo de contestação ocorrer no último mês do ano civil, o prazo limita-se a 5 (cinco) dias antecedente ao último dia útil do mês, sob pena de glosa de multa sobre o valor total do contrato.
- 8.8.3. As faturas deverão conter o detalhamento dos serviços prestados, individualizado por número de linhas, para permitir o acompanhamento pelos fiscais do contrato, bem como a discriminação de todos os tributos e encargos, conforme os preços contratados no processo licitatório.



8.8.4. A data de vencimento das faturas deverá ser, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos após a data de sua emissão.

## 8.9. Liquidação e pagamento

- 8.9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período mediante justificativa, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.9.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser apresentada acompanhada, obrigatoriamente, dos documentos de comprovação da regularidade fiscal, que pode ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.9.4. É responsabilidade da empresa contratada informar a superveniência de causa impeditiva à manutenção do contrato sendo que, previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração poderá realizar consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.9.5. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.9.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.9.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.9.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
- 8.9.9. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



- 8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I. o prazo de validade;
  - II. a data da emissão;
  - III. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - IV. o período respectivo de execução do contrato;
  - V. o valor a pagar; e
  - VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- 8.12. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias incidentes, considerados os percentuais estabelecidos na legislação vigente, ainda que divirjam dos percentuais de tributos indicados na planilha.
- 8.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar
- 8.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à execução do objeto, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciará após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.
- 8.15. No caso de atraso no pagamento por culpa do Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou o índice oficial que vier a substituí-lo para correção monetária.

## Antecipação de pagamento

- 8.16. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.



## Regime de execução

- 9.2. A execução do objeto dar-se-á sob o regime de empreitada por preço global, considerando a natureza integrada da solução contratada, que contempla a prestação contínua de serviços de telefonia móvel, o fornecimento e gestão das linhas e a disponibilização de aparelhos em regime de comodato.

## Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## Habilitação jurídica

- 9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





## Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);





## Qualificação técnica-operacional

- 9.25. Comprovação de regularidade para prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), mediante apresentação:
- 9.25.1. De autorização para prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, mediante apresentação do ato de outorga (Termo de Autorização ou Contrato de Concessão), ou documento equivalente, quando a licitante possuir autorização própria para exploração do serviço; ou
  - 9.25.2. De documento que comprove sua habilitação, credenciamento, autorização contratual, vínculo operacional ou outra forma de autorização legítima para atuação junto à prestadora regularmente autorizada pela ANATEL para exploração do SMP, nos casos de prestação do serviço mediante compartilhamento de rede, rede virtual (MVNO) ou modelo regulatório equivalente admitido pela regulamentação vigente.
  - 9.25.3. Em qualquer hipótese, a licitante deverá comprovar sua legitimidade para comercialização e execução dos serviços ofertados.
- 9.26. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução mínima de 12 (doze) meses em serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), podendo tal comprovação ser feita mediante o somatório de atestados, vedada a contagem de tempo concomitante;
- 9.26.1. Para fins de comprovação de tempo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados, em períodos sucessivos ou não, vedada a contagem de tempo concomitante.
  - 9.26.2. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
  - 9.26.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
  - 9.26.4. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.
- 9.27. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.28. Declaração assinada pelo representante legal da licitante de que possui cobertura de sinal compatível com as exigências deste Termo de Referência no Município de Marechal Cândido Rondon/PR, observados os parâmetros regulatórios da ANATEL.
- 9.28.1. A comprovação de cobertura deverá ser acompanhada de documentação técnica idônea, como mapas de cobertura divulgados pela ANATEL, relatórios técnicos ou outros meios verificáveis.



- 9.29. Facultativamente, a Administração poderá realizar diligências para verificação das informações prestadas, inclusive quanto à cobertura e qualidade dos serviços.

## Vistoria

- 9.30. Não se aplica.

## Garantia de proposta (art. 58 da Lei nº 14.133/2021)

- 9.31. Não será exigida garantia de proposta, considerando a natureza comum do objeto, a ampla competitividade do mercado e a baixa complexidade da contratação.

## Garantia da execução do contrato (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021)

- 9.32. Não será exigida garantia de execução, devido à baixa complexidade do objeto.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado unitário da contratação corresponde a R\$ 192,60 (cento e noventa e dois reais e sessenta centavos) por linha móvel/mês, sendo este o valor máximo unitário admitido para fins da contratação.
- 10.2. Considerando a necessidade estimada de 75 (setenta e cinco) linhas móveis, o custo estimado mensal da contratação corresponde a R\$ 14.445,00 (quatorze mil quatrocentos e quarenta e cinco reais), perfazendo o valor estimado anual de R\$ 173.340,00 (cento e setenta e três mil trezentos e quarenta reais) e o valor máximo estimado de R\$ 866.700,00 (oitocentos e sessenta e seis mil e setecentos reais) para o período total de 60 (sessenta) meses de vigência contratual.
- 10.3. A verificação do valor de mercado foi realizada através de ampla pesquisa de mercado, realizada conforme planilha de custos e formação de preços anexada ao presente Termo de Referência, sendo as fontes indicadas consideradas como suficientes para o cumprimento do disposto no art. 23 da Lei 14133/2021 e 79 e ss. do Dec. Mun. 77/2023.
- 10.4. No valor acima mencionado estão incluídos todos os encargos incidentes sobre o fornecimento do objeto, inclusive transporte, frete, tributos, obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e outras.
- 10.5. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 10.6. Por ocasião do processo de estimativa do valor da contratação, foram efetuadas consultas às seguintes fontes:
- I. Cotação junto às empresas do setor;
  - II. Preços praticados pela Autarquia em contratação anterior;
  - III. Pesquisa de preços praticados por outros órgãos públicos;
  - IV. Pesquisa em mídias especializadas;
  - V. Pesquisa na no aplicativo Nota Paraná;
  - VI. Pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



## 11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Marechal Cândido Rondon.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 16 - [ Serviço Autônomo de Água e Esgoto ]  
Unidade: 001 - [ Serviço Autônomo de Água e Esgoto ]  
Tipo Ação: Atividade  
Ação: 2306 - Funcional: 0004.0126.0004 - [ Manutenção da Infraestrutura de TI ]  
Elemento: 3339040000000000000 - [ Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica ]  
Subelementos: 3339040140000000000 - [ Telefonia fixa e móvel - pacote de comunicação de dados ]

- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Aplicar-se-á as diretrizes especificadas na Lei Federal nº 14.133/2021, Título IV “Das Irregularidades”, Capítulo I “Das Infrações e Sanções Administrativas”, para as irregularidades que vierem a ocorrer neste processo de contratação.
- 12.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível.
- 12.3. Constituem infrações administrativas, dentre outras:
- 12.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
  - 12.3.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 12.3.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 12.3.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 12.3.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 12.3.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 12.3.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 12.3.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- 12.3.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.3.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.4. Pela ocorrência das infrações, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:
  - 12.4.1. Advertência;
  - 12.4.2. Multa;
  - 12.4.3. Impedimento de licitar e contratar;
  - 12.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.5. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, a reincidência, as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias agravantes e atenuantes da infração.
- 12.6. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 12.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.7. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 12.3.2 à 12.3.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Marechal Cândido Rondon/PR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 12.3.8 à 12.3.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos 12.3.2 à 12.3.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 12.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 12.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
- 12.12. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 12.13. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## 13. DO REAJUSTE

- 13.1. Aplicar-se-á as diretrizes especificadas na Lei Federal nº 14.133/2021, capítulo VII “Da alteração dos contratos e dos preços”.
- 13.2. Os preços contratados poderão ser reajustados, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação.



- 13.3. O reajuste será calculado com base na variação do índice INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo.
- 13.4. Caso o índice estabelecido seja extinto ou deixe de ser publicado, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do setor, mediante acordo entre as partes.
- 13.5. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos da legislação vigente.
- 13.6. O reajuste não se confunde com o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, que poderá ser concedido a qualquer tempo, mediante comprovação do desequilíbrio, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## 14. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 14.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), bem como suas eventuais alterações e regulamentações futuras.
- 14.2. Para os fins desta contratação:
  - 14.2.1. O Contratante atuará como Controlador dos dados pessoais;
  - 14.2.2. A Contratada atuará como Operadora, realizando o tratamento de dados pessoais em nome do Contratante, quando aplicável.
- 14.3. O tratamento de dados pessoais deverá ocorrer exclusivamente para a execução do objeto contratual, vedada a utilização para finalidades diversas.
  - 14.3.1. Deverá possibilitar que o administrador da plataforma exclua de forma remota os dados corporativos do aparelho, mediante sinalização do portador do dispositivo em caso de furto/roubo;
  - 14.3.2. Deverá disponibilizar informações sobre o dispositivo, tais como IMEI, número de série, nome do dispositivo, sistema operacional e versão, usuário usado para registro do dispositivo no ambiente de gerenciamento, capacidade disponível (espaço), data de ativação, marca, modelo, nível de bateria e controle de intervalo;
  - 14.3.3. Deverá permitir o envio de mensagens para os dispositivos móveis gerenciados de forma massiva.
- 14.4. É expressamente vedado à Contratada utilizar os dados pessoais recebidos em razão da contratação para qualquer finalidade diversa daquela prevista neste contrato, sob pena de responsabilização nas esferas administrativas, civil e penal.
- 14.5. A Contratada deverá implementar políticas e práticas de segurança das informações voltadas à proteção de dados pessoais, com foco na prevenção de vazamentos e incidentes de segurança. Compromete-se, ainda, a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações acessadas e compartilhadas em decorrência da execução contratual.
- 14.6. A Contratada responsabiliza-se pelo adequado tratamento, incluindo o correto processamento e armazenamento de dados pessoais relacionados a eventuais vínculos contratuais decorrentes da presente contratação, garantindo a conformidade com a legislação vigente.
- 14.7. A Contratada não poderá compartilhar, divulgar ou utilizar dados pessoais para fins comerciais, publicitários ou quaisquer outros não previstos neste contrato.



- 14.8. A Contratada deverá adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias à proteção de dados pessoais por ela tratados, tanto durante a vigência quanto após o término do contrato, observando as instruções do Contratante e a legislação vigente.
- 14.9. A Contratada deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em decorrência do contrato.
- 14.10. A retenção, conservação ou eliminação dos dados pessoais deverá observar as determinações do Contratante, na qualidade de controlador; as hipóteses legais aplicáveis, especialmente aquelas previstas no art. 16 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; e as obrigações legais ou regulatórias eventualmente incidentes sobre a Contratada.
- 14.11. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, a Contratada deverá comunicar imediatamente o ocorrido ao Contratante, aos respectivos titulares e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme determina o art. 48 da Lei nº 13.709/2018.
- 14.12. A Contratada responderá por danos decorrentes do tratamento irregular de dados pessoais, nos termos da legislação vigente.

Marechal Cândido Rondon, 08 de junho de 2026.

**Gilson Scherer**  
Analista de Informática

**Scheila Andrea Grehs**  
Telefonista

**Elisezar Roberto Schulz**  
Agente Administrativo

**Monica Carolina Sustakowski**  
Agente Administrativo

**Edineia Hack Santin**  
Agente Administrativo





Aprovação pelo DIRETOR EXECUTIVO:

**Fabio Alexandre Regelmeier**  
Diretor Executivo  
Portaria Municipal nº 508/2025

